

*A recuperação da roça por meio de  
capoeiras de sabiá da família Soares*

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Roberto Porro  
Aline Souza Nascimento  
Robert Pritchard Miller  
Ronaldo Carneiro de Sousa  
Diana Nathaly Monroy Piratoba





**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia  
Embrapa Amazônia Oriental  
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão**

Mestres do Agroextrativismo no Mearim  
Volume 7

***A recuperação da roça por meio de  
capoeiras de sabiá da família Soares***

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

*Roberto Porro  
Aline Souza Nascimento  
Robert Pritchard Miller  
Ronaldo Carneiro de Sousa  
Diana Nathaly Monroy Piratoba*

**Embrapa**  
Brasília, DF  
2020

## **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**

Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W5 Norte (final)  
70770-917 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4700  
Fax: (61) 3340-3624  
www.embrapa.br/fale-conosco/sac/

## **Embrapa Amazônia Oriental**

Trav. Dr. Enéas Pinheiro, s/n°  
Caixa postal 48  
66095-903 Belém, PA  
Fone: (91) 3204-1000  
Fax: (91) 3276-9845

## **Unidade responsável pelo conteúdo**

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Comitê Local de Publicações  
Presidente  
*Marília Lobo Burle*

Secretária-executiva  
*Ana Flávia do N. Dias Côrtes*

### **Membros**

*Antonieta Nassif Salomão; Bianca Damiani Marques; Diva Maria Alencar Dusi; Francisco Guilherme V. Schmidt; João Batista Teixeira; João Batista Tavares da Silva; Maria Cléria Valadares-Inglis; Rosameres Rocha Galvão; Tânia da Silveira Agostini Costa*

Editores técnicos da coleção  
*Roberto Porro*  
*Anderson Cássio Sevilha*

## **Todos os direitos reservados**

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

## **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

## **Embrapa**

Parque Estação Biológica (PqEB)  
Av. W3 Norte (final)  
70770-901 Brasília, DF  
Fone: (61) 3448-4236  
Fax: (61) 3448-2494  
www.embrapa.br

## **Unidade responsável pela edição**

Embrapa, Secretaria-Geral

Coordenação editorial  
*Alexandre de Oliveira Barcellos*  
*Heloiza Dias da Silva*  
*Nilda Maria da Cunha Sette*

Supervisão editorial  
*Waldir Aparecido Marouelli*

Revisão de texto  
*Maria Cristina Ramos Jubé*  
*Lara Aliano Farias da Silva Pereira*

Normalização bibliográfica  
*Ana Flávia do N. Dias Côrtes*  
*Rejane Maria de Oliveira (CRB-1/2913)*

Projeto gráfico e ilustrações  
*Sílvia Moan*

Diagramação e arte-final da capa  
*Carlos Eduardo Felice Barbeiro*

## **1ª edição**

1ª impressão (2020): 500 exemplares

---

A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares : Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA / Roberto Porro ... [et al.]. – Brasília, DF : Embrapa, 2020.  
62 p. : il. ; 16 cm × 22 cm. – (Mestres do agroextrativismo no Mearim, 7)

ISBN 978-65-87380-01-8 (obra compl.). – ISBN 978-65-86056-92-1 (v. 7)

1. Médio Mearim. 2. Extrativismo sustentável. 3. Manejo. 4. Boas práticas. 5. Agricultura familiar. I. Porro, Roberto. II. Nascimento, Aline Souza. III. Miller, Robert Pritchard. IV. Sousa, Ronaldo Carneiro de. V. Piratoba, Diana Nathaly Monroy. VI. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. VII. Coleção.

CDD (21 ed.) 630.5



## ***Autores***

### **Roberto Porro**

Engenheiro-agrônomo, doutor em Antropologia Cultural, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental, Belém, PA

### **Aline Souza Nascimento**

Cientista social, mestranda da Universidade Federal do Pará, Belém, PA

### **Robert Pritchard Miller**

Engenheiro florestal, doutor em Engenharia Florestal, consultor, Brasília, DF

### **Ronaldo Carneiro de Sousa**

Técnico em agropecuária, assessor da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão, Pedreiras, MA

### **Diana Nathaly Monroy Piratoba**

Bióloga, mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, consultora da Fundación Neotropical, Tunja, Colômbia





## Agradecimentos

Agradecemos o apoio institucional e financeiro concedido pela Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Aos diretores e técnicos da Assema, que apoiaram a produção desta coleção, e especialmente às famílias que compartilharam conosco valiosas informações.

A todos aqueles que contribuíram na edição dos 30 volumes da coleção, especialmente à equipe de editoração da Embrapa. O apoio e engajamento de Nilda Sette e Waldir Marouelli foram fundamentais. E também ao Cláudio Quinto Filho, da Assema, e Renan Matias, do projeto Bem Diverso, pela elaboração dos croquis dos estabelecimentos rurais.

Esperamos que as publicações geradas contribuam para dar visibilidade aos objetivos de desenvolvimento e bem-estar das comunidades agroextrativistas do Território do Médio Mearim, no estado do Maranhão.







## Apresentação

Promover o desenvolvimento local e conservar a biodiversidade brasileira é um dos objetivos do projeto Bem Diverso, implementado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e coordenado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). Com foco nesse objetivo, foi elaborada uma coleção de 30 publicações, intitulada Mestres do Agroextrativismo no Mearim, em parceria com a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema).

As publicações trazem experiências e iniciativas locais consideradas bem-sucedidas no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.).

A apresentação dessas experiências nesta coleção, realizada em conjunto pela Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e a Embrapa Amazônia Oriental, marca mais uma etapa do trabalho desenvolvido pelas Unidades no projeto Bem Diverso, e reúne capacidades técnicas de inovação em biomas tão importantes como a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga, que se cruzam no Território da Cidadania do Médio Mearim.

Tendo como base as iniciativas para o manejo sustentável da palmeira babaçu, a coleção aborda temas como reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas; cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; comercialização de hortaliças produzidas de forma sustentável; pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; inovações na criação de pequenos animais; processamento local de frutas, mandioca ou leite e processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

Essa diversidade de temas mostra que estabelecer parcerias, como esta entre a Embrapa e diversas entidades, valoriza o trabalho de centenas de famílias agroextrativistas que realizam atividades exitosas no manejo sustentável e ajuda a manter e divulgar os princípios que são tão caros para a unidade familiar de produção, preservando o passado e antecipando o futuro, com os saberes tradicionais e as tecnologias de ponta em um só compasso.

*Maria Cléria Valadares-Inglis*  
Chefe-Geral da Embrapa Recursos  
Genéticos e Biotecnologia





## Prefácio

Mais de 130 mil pessoas vivem na área rural do Território do Médio Mearim, sobretudo agricultores familiares, assentados e comunidades quilombolas. O Médio Mearim encontra-se numa zona de transição entre a Amazônia, o Cerrado e a Caatinga. Ao longo dos anos, o território perdeu boa parte da sua cobertura florestal nativa, por conta do desmatamento para formação de pastagens e agricultura extensiva. A palmeira babaçu (*Attalea speciosa* Mart. ex Spreng.), que sempre esteve presente na rica composição da vegetação originária que cobria o território, passou a dominar a paisagem em sucessão, tornando-se a espécie florestal predominante, cobrindo vastas áreas chamadas de babaçuais, que se tornaram a base do sustento de milhares de famílias no Médio Mearim.

Por essa razão, as comunidades lutam pela proteção das palmeiras, que sofrem pressão graças à tendência de sua eliminação por pecuaristas. Essa luta é protagonizada principalmente por mulheres, as quebradeiras de coco, que, além de coletar e processar o coco-babaçu, se organizam em movimentos sociais para garantir o acesso livre aos babaçuais, tanto em áreas públicas como privadas.

No início de 2017, a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) iniciou



uma parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do projeto Bem Diverso, para viabilizar a disseminação e replicabilidade de boas práticas de manejo agroextrativista realizadas no Território da Cidadania do Médio Mearim, Maranhão.

Um dos objetivos da atividade consistia em reconhecer e dar visibilidade ao esforço concreto do dia a dia das famílias agroextrativistas da área de atuação da Assema.

Com base em processo conduzido pela Assema, foram selecionadas 30 famílias entre as unidades produtivas agroextrativistas, em nove municípios do território. A seleção levou em conta o destaque das famílias na condução de uma ou mais das seguintes atividades: 1) reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade; 2) cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área; 3) cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental; 4) cultivo comercial de hortaliças; 5) pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais; 6) inovações na criação de pequenos animais; 7) processamento de frutas, mandioca ou leite; 8) processamento do coco-babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato.

A sistematização e a apresentação das iniciativas locais bem-sucedidas das famílias selecionadas, no manejo sustentável da agricultura e do extrativismo da palmeira babaçu, bem como os principais componentes do modo de vida de unidades familiares de produção no Médio Mearim são apresentados nos 30 volumes da coleção. Cada publicação retrata, portanto, o trabalho muito mais amplo realizado por centenas de famílias no território.



Este volume consiste na sistematização das iniciativas e práticas de manejo realizadas no estabelecimento rural da família de João Antônio Soares e Lucinete Gomes, no povoado de São Manoel, município de Lago do Junco, Maranhão. A família se destaca por um sistema de produção intensificado que combina o cultivo de roçados anuais com a produção de madeira a partir do plantio da espécie leguminosa conhecida por sabiá, integrada aos babaçuais.

É importante destacar que, em praticamente todos os casos sistematizados, a iniciativa das famílias não se restringe a apenas uma atividade principal. É comum que duas ou três atividades predominantes sejam integradas no estabelecimento rural, onde também são executadas diversas outras atividades complementares.

Em cada caso, identificam-se as dimensões do caráter exitoso observado pela equipe de pesquisadores, técnicos e agentes de desenvolvimento que conduziram este trabalho ao longo de 18 meses, colhendo depoimentos, imagens e gerando textos que poderão ser utilizados em processos de aprendizado e compartilhamento do conhecimento, contribuindo, assim, para a divulgação do esforço desses mestres e mestras do agroextrativismo no Médio Mearim.

Convidamos, assim, leitores e leitoras a conhecer e compartilhar essas histórias.

*Raimundo Ermino Neto*  
Coordenador-Geral da Associação em  
Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão





## *Sumário*

Breve trajetória **15**

Estabelecimento familiar **23**

O sistema com sabiá, babaçu e roça **27**

Meios de vida **39**

Lições aprendidas e desafios **45**

Referências **51**

Foto: Aline Nascimento



O casal João Antônio Soares e Lucinete Gomes com a filha, Natália.





## *Breve trajetória*

**J**oão Antônio Soares (38 anos) é casado há 10 anos com Lucinete de Sousa Gomes (30 anos). O casal possui uma filha, Natália (10 anos), e mora no povoado de São Manoel, uma comunidade com cerca de cem famílias localizada a 30 km da sede do município de Lago do Junco.

De pai maranhense e mãe cearense, João nasceu e cresceu na comunidade, enquanto Lucinete é natural do povoado de Marajá, município de Luís Domingues, no estado do Maranhão. Ela se mudou ainda criança, com seus pais, para o Centro do Custódio, povoado vizinho, no município de Lago dos Rodrigues. Em 2004, deslocou-se com sua mãe para São Manoel, onde já tinham parentes instalados desde 1980.

Teresinha Francisca Soares (62 anos), mãe de João, é natural da comunidade Sarais, em Viçosa do Ceará, e migrou com seus pais, em 1958, para a localidade, hoje, conhecida como São Manoel, que existe desde 1926. Naquele momento, o lugar constituía as terras livres (sem dono) do estado, condição que serviu como elemento de atração de inúmeros retirantes nordestinos que buscavam melhores condições de vida.

A trajetória da família Soares em São Manoel inicia-se pela migração de João Soares, o bisavô de quem João recebeu o nome, que deixou o Ceará em 1932 com 11 filhos, chegando, inicialmente, ao povoado Centro do Meio, na época, pertencente ao município de Pedreiras. Após 15 anos, os Soares se mudaram para Lago do Junco, onde parentes já haviam se estabelecido próximo a São Manoel.

Foto: Roberto Pôrto



Os pais de João, Teresinha Francisca Soares e José Soares Sobrinho (Antonino).



Por cerca de 20 anos, a partir do final dos anos 1940, a família de Antônio Soares, avô de João, transitou por diversas localidades próximas de São Manoel (Primavera e Morada Nova), tendo inclusive fundado o local denominado Centro do Tonhero, apelido de Antônio Soares. Nessa época, as terras eram devolutas (terras públicas sem destinação), mas a situação se altera no final da década seguinte, conforme narrado por José Soares Sobrinho (69 anos), conhecido por Antonino, pai de João, e considerado uma das principais lideranças dos lavradores do município (Porro, 2020):

O pessoal começou a requerer terra. Nós morava no Centro [do Tonhero]. Aí papai tinha comprado os direitos de um homem, o “Claro”, uma capoeira. E nós fomos pra lá. [...] Aí chamou o primo dele, o Zé Nogueira, que morava no Centro do Aguiar. Chamou ele para requerer uma área de terra no São Luís. Eles foram lá, no Departamento de Terras. Com pouco tempo, veio os agrimensores medindo terra. [...] Eles iam tirar um pedaço de terra. Aí tiraram o variante que topou com outras terras que já eram demarcadas. Pra ali era do Adelino, pra acolá Raimundo Tiago, e pra ali o finado Cicero Olendrinio. Aí o pedaço de terra deu 197 [hectares]. [...] Quando foi mesmo pra tirar a escritura da terra, papai disse assim: Zé Nogueira, tu tiras essa terra no teu nome, porque tu sabes ler, fica mais fácil pra ti, tira a escritura, aí depois passa pra mim. Tá certo! Aí fizeram a despesa eles dois, dos gastos que precisava. Tiraram uma escritura no nome de José Nogueira dos Santos. Aí com certo tempo, nos rumos de 1970 já, papai chamou ele e disse: Zé Nogueira, vamos separar essa terra, eu tenho minha família. Aí chamaram o agrimensor, que fez o variante do meio. Aí pra passar a transferência lá no cartório, foi aí que o Nogueira começou mancando. Era hoje, amanhã, não ia, depois não dava certo, e já estava com um bocado de tempo. E papai começou a ficar desgostoso, falava de ir embora. Aí o irmão dele, o Manoel Soares, que é mais velho, falou: Zé Nogueira, me diz uma coisa, tu vais passar o





documento da terra do Tonhero, ou não vai? Mas rapaz, tu pareces que quer enrolar o outro! Tu tomou conta de tudo, enricando, fez projeto de pecuária, tá com curral cheio de gado, fazenda grande, e o outro sem fazer nada, e tu ainda tá enrolando. O resultado é que ele sentiu pressão. Chamou ele e foram lá. Nessa época, as coisas era tudo diferente, era 97 ha (hectares) de terra ao todo. Não passava documento com menos de 100! Foram pra lá e ele passou o documento de 100 ha pro papai, mas a medição da terra só era as 97. Aí desmembraram. A gente cuidando da nossa e ele cuidando da dele. Ele já tinha comprado mais terra, chegou a 237 ha de terra, o Zé Nogueira. E nós ficamos com esses 100 ha no documento, e 97 na terra. O que ele estava amarrado era pra passar o documento, acho que esperando uma compra no futuro, dele arrumar condição.

Passada mais de uma década, em meados dos anos 1980, a maioria dos lavradores de Lago do Junco havia perdido os direitos de posse e contava com poucos recursos para garantir o sustento. A formação de pastagens expulsou várias comunidades ao limitar seus meios de vida. Em São Manoel, um intenso conflito é deflagrado em 1985, quando o fazendeiro Adelino Pereira Lima, originário de Crateús, no Ceará, avança suas posses sobre terras devolutas ocupadas pela comunidade, o que desencadeou a luta pelo livre acesso aos babaçuais e pela posse da terra. Apesar do tempo transcorrido, as memórias acerca do conflito ainda são presentes nas narrativas das famílias que o vivenciaram, e contar sobre elas nem sempre é um momento libertador da lembrança (Sarlo, 2007). Como afirma seu Antonino, “a história é comprida e não a contamos de maneira fácil não”. Apesar dos limites em expressar essas vivências, torna-se necessário falar acerca delas para que sejam conhecidas e não se repitam no presente.



Foto: Roberto Piro

Agricultores no povoado de São Manoel carregando palmitos de babaçu no início da década de 1990.

Seu Antonino conta que: “nos anos 1960, o governo Sarney colocou alguém para requerer terra na região e os que tinham mais condição conseguiram comprar”. Desse modo, a terra, que antes era livre, começou a ter dono:

Quando veio os projetos de agropecuária, os donos de terra começaram a fazer empréstimos para comprar gado e a devastá-las, jogando sementes, cobrando renda... Até que chegou um tempo que não tinha mais terra para o povo trabalhar. Então, começaram a arrendar coco-babaçu, a privatizá-lo. Cadeado na cancela, a quebra do coco era de metade, tinha que vender metade para os compradores deles e foi aumentando essa sujeição. Chegou um ponto que ele arrendou com alguém que tinha mais condição, pagou gente para ajuntar coco e botar para ‘quebrar de meia’, vendia na carrada o babaçu inteiro, o coco foi ficando pouco e o povo foi ficando oprimido, não tinha onde botar roça. Foi aumentando a necessidade.



Em 7 de outubro de 1985,

[...] a comunidade se sentou e discutiu que ia quebrar o coco que eles tinham coletado lá porque não tinha mais coco para nós quebrar [...]. Quando chegamos [da quebra do coco] tinha uma intimação em casa. Na audiência, o promotor disse que o coco era de quem tinha juntado, que não tínhamos ordem de entrar no que era alheio e que quem tivesse perna mais comprida corresse mais. Entendemos que quem tinha perna mais comprida era o fazendeiro, que tinha mais dinheiro. Viemos embora desanimados. Em fevereiro de 1986, reunimos mais gente e tornamos a quebrar o coco, queimamos casa, com casca com tudo. Em março, fomos intimados novamente. Em abril, pedimos apoio a outras comunidades e entramos na terra, derrubando a cerca, roçando mato, fazendo leira, plantando feijão, mandioca. Em 29 de abril, outra intimação. Nessa foi mais gente! Encheu de fazendeiro. Fizeram um acordo e pediram para assinarmos ou ficaríamos presos. Não assinamos não. Queríamos 5 dias para voltar na comunidade e pedir à comunidade que resolvesse porque a luta não era nossa, era o povo que estava lutando. Com 5 dias demos a resposta: a luta continuava. Em agosto, entrou a polícia com jagunço e corremos todos, ficaram só as mulheres. Depois botaram as mulheres para saírem e começaram a derrubar as casas. Em março de 1987, voltamos para a comunidade, acabou a munição dos bandidos, e fomos levantar nossas casinhas.

Após o confronto, que se estendeu por 3 anos, no qual as famílias contaram com o apoio de entidades ligadas à Igreja Católica, inicia-se o processo de instalação de um assentamento de reforma agrária pelo estado, que foi formalizado somente em 1989, beneficiando 31 famílias que ali já residiam há décadas, numa área de 470 ha.

O pai e um dos tios de João estão entre os assentados de São Manoel, que, em 1990, constituíram uma associação que receberia do governo estadual a concessão de uso da terra. Antônio, um dos irmãos de João, foi incluído nessa sociedade após a saída de um dos beneficiários originais.

Durante mais de 10 anos, a terra foi mantida com posse coletiva, exceto 10 ha, destinados para uma Escola Família Agrícola mantida pelas comunidades do município, e o patrimônio do povoado, onde se localizam os lotes de moradia, cada um com 3.000 m<sup>2</sup>.



Foto: Roberto Porto

Igreja Católica no povoado de São Manoel.

No ano 2000, 13 assentados optaram por lotes individuais e criaram outra associação. Passaram-se mais 10 anos, e, em 2010, os demais sócios decidem repartir a terra, cabendo cerca de 13 ha a cada um, embora 28 ha de pasto tenham sido mantidos com uso comum. O loteamento não foi, contudo, formalizado, nem os títulos emitidos, pois todos optaram pela titulação coletiva.



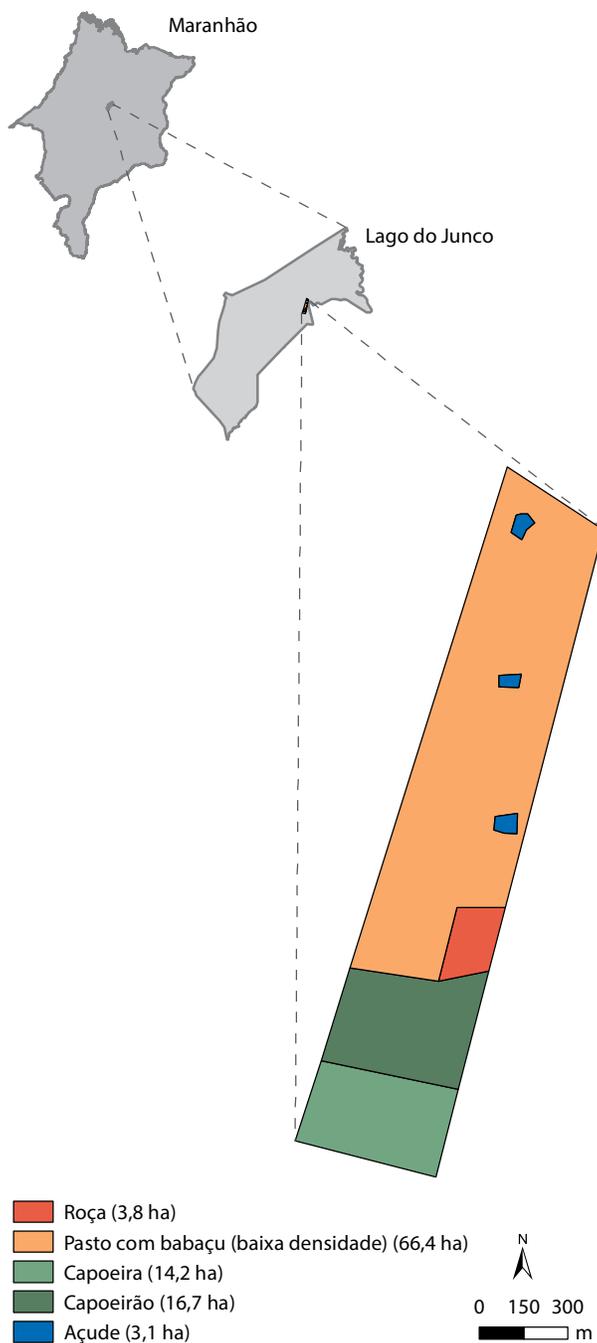




## *Estabelecimento familiar*

**J**oão reside num pequeno lote na área de assentamento, que mede apenas oito braças (20 m) de frente, recebido por ser filho de assentado. Nessa área, estão situadas sua residência, as frutíferas e a criação de pequenos animais (aves e suínos). Mas João desenvolve suas atividades produtivas no lote do pai, de 13 ha, e, principalmente, na área de 100 ha demarcada pelo avô, onde reside dona Ana Vieira Lima (90 anos), sua avó, acompanhada por um de seus filhos e da nora.

Nessa área, representada no croqui apresentado a seguir, trabalham outros três irmãos e dois tios de João, e cada um cultiva roçados anuais de no máximo quatro linhas (1,3 ha). A capoeira mais grossa (16,7 ha) está com 10 anos de pousio, e a mais fina (14,2 ha) não é cultivada há 2 anos. O rebanho bovino de todos os familiares é criado de forma conjunta nos 66,4 ha de pasto consorciado com babaçu em baixa densidade (menos de 30 palmeiras por hectare). As pastagens são, em sua maior parte, formadas por capim-braquiária, mombaça e andropógon, e são divididas em cinco repartimentos no qual o gado passa, no máximo, 15 dias em cada um.



Localização e croqui do estabelecimento familiar.

Fonte: Adaptado de Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

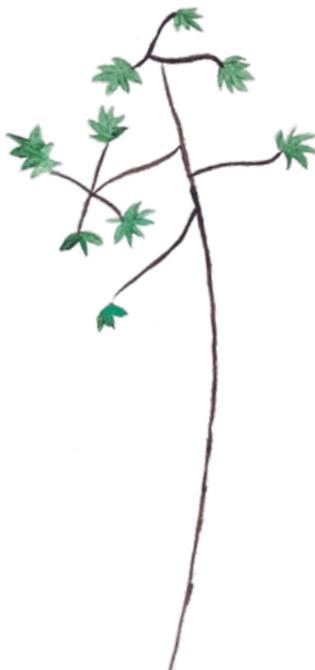
Conforme narra Antonino, “estamos trabalhando nessa terra da mamãe, nós quatro. Cria pra ela, cria pro meu irmão, cria pra todo mundo, pros meus filhos, nós zela ela, nós faz açude, nós faz cerca, e tamos levando!” No total, são criadas pelo grupo familiar 90 cabeças de gado (2 touros, 45 vacas, 15 garrotes, 10 novilhas, 8 bezeros e 10 bezerras), e João e Lucinete possuem, atualmente, apenas 1 vaca, 1 bezerro e 3 novilhas. No interior das pastagens, existem três açudes para fornecimento de água ao rebanho, totalizando uma lâmina d’água de pouco mais de 3 ha.



Foto: Ronaldo Carneiro

Dona Ana e o filho Antonino.

A área da família conta, ainda, com cerca de 3,8 ha, nos quais, no período da visita, eram cultivados roçados anuais. As capoeiras do lote do pai estão em pousio há 6 anos e, em virtude disso, enquanto o “mato engrossa”, os familiares utilizam a terra da avó, considerada por João “melhor do que a do pai, porque tudo que a gente planta é diferente, dá melhor”. Essa percepção se deve, em grande medida, a uma prática de manejo adotada há anos pela família, que consiste em cultivar os roçados em capoeiras enriquecidas com a leguminosa sabiá (*Mimosa caesalpiniiifolia* Benth.).





## O sistema com sabiá, babaçu e roça

A família sempre desenvolveu a roça tradicional. Contudo, foi somente por volta de 1989 que começaram a inovar por meio do plantio de sabiá, cujas qualidades para melhoria da fertilidade do solo eram, até então, desconhecidas pela maioria dos agricultores. Conforme relata seu Antonino, sementes de sabiá foram trazidas do Ceará, na década de 1950, por Antônio Nel, morador de Centro do Aguiar, comunidade vizinha, provavelmente com a intenção de fazer plantios para fornecer madeira para cercas.

Com o passar do tempo, foi observado que, ao longo de seu ciclo de plantio, o sabiazeiro tem a capacidade de melhorar a fertilidade de solos mais fracos, provavelmente em razão da capacidade de fixação de nitrogênio e o rápido crescimento, que resulta na produção de bastante matéria orgânica. Tal característica tornou o sabiazeiro uma espécie atraente para a restauração da vegetação arbórea nas áreas convertidas em pastagens, processo que caracterizou o período de conflitos e concentração fundiária em Lago do Junco.



Sementes de sabiá (*Mimosa caesalpinifolia* Benth.).

A partir dessas observações, o sabiazeiro passou a ser plantado em pastagens com o objetivo de recuperar essas áreas para seu uso no sistema agrícola de roça tradicional, além de fornecer produtos madeireiros. Em São Manoel, após o conflito, a associação formada pelos assentados manteve as terras sob posse comum por mais de uma década e, com a liderança de Antonino, que já havia utilizado a prática nas terras de seus pais, estimulou o estabelecimento de sabiazeiros em pastagens com solos enfraquecidos, visando ao uso dessas áreas para as roças, demarcadas em áreas contíguas.

Para esse fim, a associação estabeleceu que parte das 24 diárias que caberiam como contribuição anual do assentado às atividades coletivas poderia ser usada no estabelecimento de sabiazeiros. Resultaram dessa ação muitas áreas com capoeiras de sabiá, que, atualmente, estão em uso rotativo para a agricultura. Segundo João, a preferência pelo uso dessa espécie ocorre porque “as raízes do sabiá amolecem a terra e a folha vira adubo”.



Foto: Diana Monroe

Muda de sabiazeiro recém-transplantada no interior do roçado.

Seu Antonino recorda que “vi uma área bem recuperada no Centro do Aguiar, todos os anos eles trabalhavam nela e ainda hoje trabalham”, cujas sementes haviam sido trazidas do Ceará:

Depois meu tio trouxe umas sementes de Boca da Mata, em Pedreiras, e jogou numa serra. No nosso conflito aqui, como era só pastagem, comecei jogando as sementes nas roças, e foi recuperando a terra, e hoje todo mundo aqui tem sabiá.

Uma roça aberta no babaçual é o ponto de partida para o estabelecimento de sabiazeiros em uma nova área, visando tanto à produção de madeira quanto ao melhoramento do solo.



Roçado novo, em fase de capina.

Nessa área, após o corte e a queima das palhas das palmeiras baixas (pindovas e capoteiros) e de outras árvores da capoeira, é feito tanto o plantio das culturas agrícolas como a sementeira a lanço das sementes de sabiá. Após a colheita das principais culturas da roça, como o arroz, o milho, a mandioca e o feijão, muitas vezes consorciadas com abóbora, cuxá (vinagreira), abacaxi, melancia, quiabo e maxixe, a área é deixada em pousio.

O sabiazeiro cresce rapidamente durante esse período, tendo como principal competição as pindovas de babaçu. No entanto, o crescimento vertical permite que o sabiazeiro se sobressaia às palhas das pindovas e, em situações onde está presente em maior densidade, chegue a sombrear e afetar o vigor delas. Esse crescimento vertical também aumenta o número de estacas que podem ser colhidas em cada touceira de sabiazeiro, quando é feito o corte no final do ciclo de pousio.





Foto: Aline Nascimento

Sabiazeiro jovem no interior do roçado de arroz e milho.

O sabiazeiro inicia a floração e a produção de sementes após 2 ou 3 anos, ou mesmo antes, quando encontra condições ideais de crescimento, de forma que há também o estabelecimento de um banco de plântulas.

Após aproximadamente 6 anos, essa capoeira de sabiá está pronta para ser aproveitada para uma nova roça. Na operação chamada de broque, toda a vegetação arbustiva, as pindovas e os galhos inferiores presentes nos troncos dos sabiazeiros são cortados com foice.

Foto: Robert Miller



Interior de capoeira madura de sabiá, com galhos laterais que serão cortados durante a operação de broque.

O broque, geralmente feito no mês de agosto, tem tanto o objetivo de produzir uma cama de material que alimentará a queimada, como de limpar o sub-bosque, facilitando o acesso para o corte das árvores maiores (derruba). Em torno de 10 dias antes da data prevista para a queima (geralmente em outubro), os sabiazeiros adultos são cortados com machado ou motosserra.



Foto: Roberto Porro

Sabiazeiro cortado para confecção de esteios.



Dependendo da densidade das árvores e do entrançamento dos seus galhos, mesmo cortados na sua base, os sabiazeiros, muitas vezes, continuam numa posição vertical. No entanto, uma queimada bem feita consome todos os galhos menores das copas, desenganchando e deitando os troncos, facilitando a operação de corte das estacas e da lenha. Esse processo de “sapecar” os sabiazeiros é crítico ao sucesso da empreitada, pois, sem essa queima completa dos galhos das copas, os sabiazeiros ficam enganchados uns nos outros, dificultando muito o trabalho de corte e a retirada das madeiras, como também o trabalho de plantio e manutenção das culturas da roça.

Tratando-se de uma capoeira de sabiá que já passou por, pelo menos, uma primeira rotação de cultivo e corte, a instalação de uma nova roça pode ser feita aos 4 anos, período suficiente para a recuperação da fertilidade do solo e a produção de uma boa quantidade de madeira.

Conforme dito por João, “com 4 a 5 anos, a terra está boa de roça de novo, e é uma coisa que não acaba mais. Onde já tem não precisa ‘samiar’ não, quando cresce ela joga sementes, ‘broia’ novamente”, dispensando o replantio. Em capoeiras onde há somente árvores pioneiras nativas e o babaçu, sem a presença do sabiá, é necessário um pousio de 8 anos para ter uma boa produção da roça. Seu Antonino afirma que “onde tem sabiá com 5 anos a terra está boa, já onde não tem sabiá, demora 8 anos”. Ou seja, a capoeira com sabiá reduz significativamente o tempo necessário ao pousio. É importante observar que, nas capoeiras de sabiá, a partir dos 6 anos, é comum o ataque de uma broca nos troncos maiores, que podem morrer ou quebrar.



Nesse sistema de cultivo que conjuga babaçu, sabiá e a produção agrícola, além das práticas referentes ao manejo dos diversos componentes, há alguns pontos críticos que precisam ser observados e que são necessários para garantir seu sucesso. O primeiro é a necessidade da presença de pindovas de babaçu na capoeira de sabiá, pois é sua palha cortada que fornece o combustível necessário para queimar de forma adequada os galhos nas copas do sabiá. O segundo é o período entre o corte do sabiá e a queima da roça, pois, se este passar de 15 dias, há o risco de o fogo consumir totalmente o sabiá, inclusive os troncos mais grossos.

Havendo uma boa queimada, na sequência é feita a colheita da madeira, cortando os troncos e galhos maiores dos sabiazeiros no comprimento de 2,0 m para estacas de cercas. Os compradores dão preferência às estacas do sabiá “sapecado”, pois acreditam que



Foto: Roberto Pomo

Estacas de sabiá cortadas no tamanho padrão de “litro”.

estas têm uma durabilidade maior. Uma explicação dada para isso é a de que, além de queimar a casca dos troncos, muitas vezes, o fogo também queima parcialmente o alburno (parte mais externa do tronco), de forma que as estacas sapecadas são menos atacadas por cupins. A grossura ideal da estaca é a do chamado litro, com diâmetro equivalente às antigas latas de óleo de cozinha, ou seja, aproximadamente 8 cm. No entanto, peças com diâmetro menor, podem ser aproveitadas. Embora tenham menor qualidade ou aspecto inferior, estacas que não são vendidas, geralmente, são aproveitadas no estabelecimento do agricultor para fazer cercas.

Foto: Roberto Porto



Pilha de resíduos de sabiá a serem comercializados para lenha.

As peças de diâmetro muito inferior ou que não têm o comprimento suficiente para estacas são cortadas no comprimento de 1,0 m para serem vendidas como lenha. Pedacos menores, de aproximadamente 30 cm de comprimento, são, ainda, aproveitados como macetes para a quebra do coco-babaçu. A demanda por macetes é alta, pois uma quebradeira de coco pode gastar um macete de sabiá em 2 dias de trabalho. Há ainda o uso de troncos mais linheiros e de maior diâmetro como esteios nas construções populares, sendo comum aproveitar as forquilhas como encaixe para receber a cumeeira e frechais das casas.



Foto: Robert Miller

Aproveitamento de forquilhas de sabiá para esteios em moradias locais.

Seu Antonino afirma que “a terra que tem o sabiá é uma terra forte, é uma terra fofa, mole, não é seca”. João também reconhece a importância da leguminosa para os solos e para a produtividade da roça, e quando perguntado sobre o que precisa melhorar no seu sistema, a resposta é precisa: “tem que plantar mais sabiá”.

Foto: Robert Miller



José Soares Sobrinho em capoeira formada com sabiazeiros.

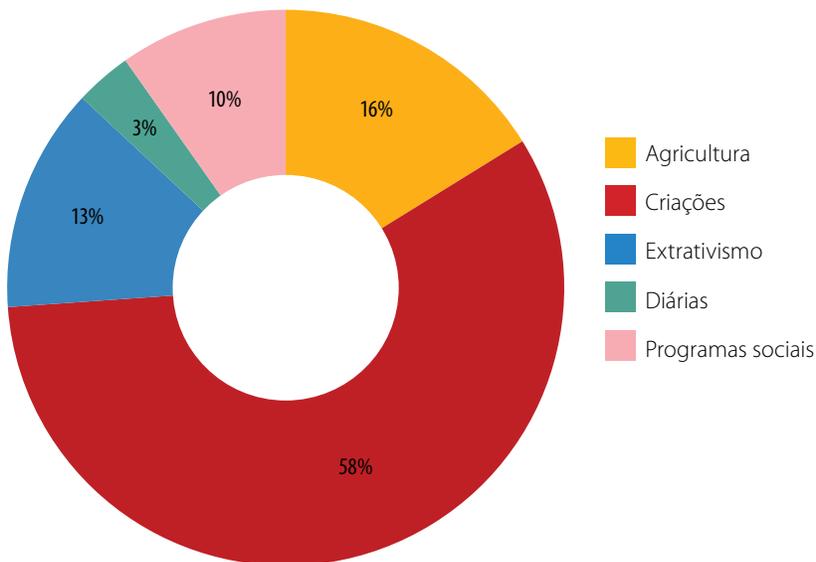




## Meios de vida

O gráfico a seguir, elaborado com base nas informações fornecidas pelo casal em entrevista realizada em julho de 2017, apresenta as fontes de renda monetária do domicílio durante o ano agrícola 2016/2017. De acordo com o gráfico, a principal fonte de renda monetária para a família foi a criação animal, representando 58% da renda anual. Tal renda foi obtida, principalmente, pela venda de bovinos e suínos, pois as aves são apenas para consumo familiar, e apenas uma pequena quantidade de leite foi comercializada durante o ano em questão.

O gado bovino é vendido em momentos de “precisão”, como ocorreu no período compreendido pela entrevista. A família possuía 12 cabeças de gado, mas comercializaram a maioria para construir sua casa. A criação do gado bovino é para eles a “poupança da pobreza”, um investimento utilizado em momentos de necessidades. Já os suínos são, geralmente, vendidos vivos ou abatidos para comercializar a carne na comunidade. Desde 2013, a família desenvolve a criação de suínos, iniciada por meio do projeto Mulheres do Médio Mearim e Babaçu Livre, uma ação coordenada pela Assema. Por meio desse projeto, conseguiram adquirir os reprodutores, melhorar a estrutura física e aumentar sua qualidade alimentar. No período da visita, a família havia comercializado a maior parte dos animais que possuía, restando apenas quatro suínos adultos.



Fontes de renda monetária familiar.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).

A agricultura é a segunda maior fonte de renda monetária para a família, representando 16% da renda familiar. Os principais produtos agrícolas comercializados pela família foram feijão e farinha de mandioca, com menores receitas obtidas com a venda de banana e fava. Em média, a família cultiva de duas a três linhas de roça por ano, ou seja, não mais do que 1 ha. No ano de 2017, em duas linhas de roça colheram 750 kg de arroz, 180 kg de milho, 190 kg de feijão e mandioca para a produção de 300 kg de farinha. A produção agrícola da roça visa sobretudo ao consumo familiar, com exceção do feijão e da farinha, que em parte foram comercializados.

O extrativismo também é atividade relevante para a família. Lucinete quebra o coco-babaçu coletado semanalmente na pastagem por João. A quebra é realizada em casa, o que lhe permite realizar



Foto: Aline Nascimento

Paiol de arroz da roça de João Soares em São Manoel.

as atividades domésticas e aproveitar as cascas para produção do carvão, que é feito em caieiras (forno para fabricar carvão, cavado no solo). Na época da safra, Lucinete extrai cerca de 50 kg de amêndoas semanalmente, as quais são vendidas na cantina da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues (Coppalj), localizada na comunidade.

No ano compreendido pela pesquisa, a família comercializou 720 kg de amêndoas de babaçu. Para consumo doméstico, Lucinete produziu 12 L (litros) de leite de coco-babaçu, além de cerca de oito latas de carvão a cada 2 semanas, totalizando uma produção anual de 960 kg. Outros produtos do babaçu utilizados pela família foram 300 palhas usadas na cobertura de construções rústicas, 20 talos e 12 latas de paú de babaçu, um adubo obtido a partir de troncos de palmeiras em decomposição e utilizado em canteiros da horta doméstica e no pomar familiar.

Foto: Roberto Porto



Cantina da Coppalj no povoado de São Manoel.

Foto: Aline Nascimento



Lucinete Gomes na quebra do coco-babaçu.

A madeira do sabiá, além de servir como estaca nas cercas da propriedade, é comercializada ao valor de R\$ 3,50 a R\$ 4,00 por unidade. O recurso obtido com a venda das estacas na área manejada coletivamente é destinado para sua manutenção, pois, conforme João, como “trabalham todos juntos, a renda do sabiá é para investir na terra. A gente ‘empeleita’ a solta, coloca alguém para fazer o serviço lá, para roçar. Então a venda do sabiá ajuda no pagamento dos trabalhadores”.

Ainda como fonte de renda monetária, o programa Bolsa Família, que apoia os estudos de Natália, representou 10% do total anual recebido pela família, enquanto a remuneração recebida por João, no trabalho como diarista em propriedades vizinhas, correspondeu a 3% da renda anual.

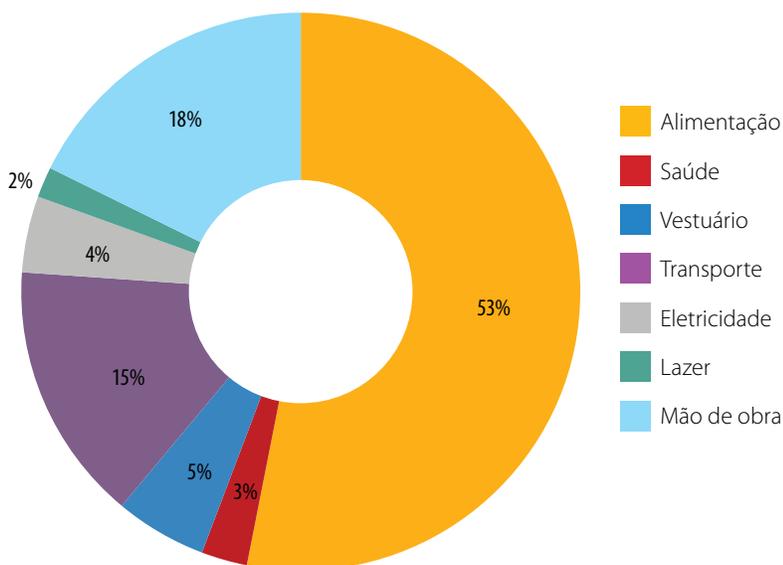


Foto: Robert Miller

Cerca construída com estacas de sabiá.

Já, em termos das despesas familiares, o gráfico a seguir, elaborado a partir das informações fornecidas pelo casal para o mês anterior à realização da entrevista, indica que mais da metade dos gastos monetários da família corresponderam a itens para a alimentação.

A interpretação desses resultados deve, contudo, levar em conta que estes são valores relativos. A principal razão pela qual a proporção das despesas com alimentação é tão significativa consiste no baixo valor representado pelas outras despesas familiares. No mês avaliado, por exemplo, o segundo maior item no orçamento familiar foi o pagamento de mão de obra, que, apesar de corresponder a 18% do total mensal, limitou-se ao valor de R\$ 100. Ou seja, embora os 53% destinados à alimentação sejam relativamente altos, o valor nominal dos gastos é bastante modesto.



Gastos familiares.

Fonte: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (2018).



## *Lições aprendidas e desafios*

O sistema de produção que integra o sabiá com o babaçu e a roça tradicional representa uma importante inovação tecnológica desenvolvida e difundida nas últimas décadas pelos agricultores familiares do Médio Mearim. Com a inserção do sabiá como elemento adicional no sistema tradicional de roça de coivara, foi possível reduzir o tempo dos pousios e também gerar um produto adicional, que é a madeira para estacas e lenha, representando um acréscimo significativo de renda. Estima-se que 1,0 ha de sabiá pode render pelo menos 6 mil estacas, configurando um retorno de R\$ 30 mil. São comuns relatos de produtores que chegaram a obter mais de 100 estacas a partir de uma única touceira de sabiá em seus roçados tradicionais. É importante observar que os custos de incorporar o sabiá no sistema agrícola são baixos, sendo feito com a semeadura a lanço. Após o estabelecimento inicial, o sabiá se mantém por meio das rebrotas dos tocos e dos novos indivíduos que nascem de sementes.



Roça instalada após a retirada de sabiá, com capoeira nova de sabiá ao fundo.

Do ponto de vista biológico, o sabiá representa um contraponto ao babaçu, que tem a forte tendência de dominar os sistemas em que é encontrado, formando agrupamentos homogêneos e muito densos, inclusive inibindo o estabelecimento das espécies florestais da região. O sistema que integra sabiá e babaçu, nesse caso, implica em um certo equilíbrio entre as duas espécies, pelo menos enquanto há o uso cíclico das áreas para roças.

É necessário, todavia, considerar a agressividade e o potencial invasor do sabiá: uma vez que a capoeira de sabiá é estabelecida em uma área, dificilmente ela pode ser transformada em pastagem, pois a rebrota dos sabiazeiros não é palatável ao gado. Os indivíduos que nascem de sementes logo dominam o capim, a não ser que seja





feito um trabalho dispendioso de controle. A inserção do sabiá como elemento em agroflorestas biodiversas, tais como pomares mistos de fruteiras com madeiras, também é problemática, não só pelo seu potencial invasor como pelos espinhos, que dificultam o manejo.

Há, no entanto, a ocorrência, embora pouco frequente, de indivíduos sem espinhos, que, conforme os relatos locais, possuem as mesmas características desejáveis em relação à durabilidade da madeira. O esforço para selecionar material genético sem espinhos e disponibilizar suas sementes representaria, portanto, um ganho muito positivo para iniciativas agrofloretais direcionadas à agricultura familiar.

De fato, João Soares não identifica fatores limitantes no cultivo da roça com sabiá. As dificuldades enfrentadas correspondem à mudança no período de chuvas, o que tem dificultado a escolha do momento do plantio, e às pragas nos cultivos, que têm resistido aos preparos naturais utilizados para combatê-las.

O cuidado com a terra, o respeito ao seu “tempo de descanso, para que possa renovar suas forças” e o fortalecimento de sua fertilidade, com os nutrientes proporcionados pelo sabiá, revelam um elevado grau de conhecimento que seu Antonino e João Soares possuem acerca das suas práticas agrícolas, assim como os princípios morais que perpassam as relações que são estabelecidas com a natureza (Woortmann, 2009) e as práticas utilizadas para suprir as necessidades advindas com a redução do espaço da roça, após as transformações agrárias ocorridas em São Manoel, e no estado do Maranhão como um todo.



Foto: Aline Nascimento

Arroz no ponto de colheita na roça de João Soares.

A disponibilidade de terras que existia no estado havia possibilitado o desenvolvimento de uma agricultura baseada na coivara e no pousio, que, após a colheita da safra, exigia descanso para o solo, demandando o deslocamento para outra área até que a anterior recuperasse a fertilidade (Martins, 1989). Entretanto, com as modificações fundiárias e o aumento do contingente populacional, ocorreu a redução da quantidade de terras disponíveis para a agricultura.

Com pouca terra para o trabalho, as famílias são obrigadas a aumentar a frequência de uso das áreas disponíveis, provocando a degradação dos recursos naturais e, conseqüentemente, o declínio na produtividade agrícola e extrativista, inviabilizando um modo de vida (Gusmão, 2009). Nessa perspectiva, visando assegurar o sustento da família, o uso do sabiazeiro desponta como uma

estratégia utilizada para reduzir o tempo de descanso e assegurar a colheita, viabilizando níveis de produtividade de arroz que só eram obtidos quando a terra era abundante.



Foto: Ronaldo Carneiro

João Soares, Lucinete e Natália em frente à residência da família.





## Referências

ASSOCIAÇÃO EM ÁREAS DE ASSENTAMENTO NO ESTADO DO MARANHÃO. **Diagnóstico socioeconômico da agricultura familiar no Médio Mearim**: agosto-novembro 2017. [Pedreiras, MA: Assema], 2018. Relatório não publicado.

GUSMÃO, L. A. **Os desafios da introdução de uma inovação tecnológica no agroextrativismo tradicional**: análise do caso das roças orgânicas no Médio Mearim. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Agroecologia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

MARTINS, J. D. S. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

PORRO, R. Agência e contingência no acesso a terra e reprodução social camponesa no Vale do Mearim, Maranhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas**, 2020. No prelo.

SARLO, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2007.

WOORTMANN, E. F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; ACEVEDO MARIN, R. (Org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. da UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. v. 2, p. 119-129.







## *Coleção Mestres do Agroextrativismo no Mearim*

*Reflorestamento, sistemas agroflorestais e cultivos perenes diversificados para restauração de áreas degradadas e conservação da biodiversidade*

- Volume 1 O novo reforço na produção agroflorestal de Domingos Mariano e Ivanilde  
Quilombo São Bento do Juvenal, Peritoró, MA
- Volume 2 A produção da família Alves de Sousa aliada à recuperação do solo  
Centro do Bertolino, Lago do Junco, MA
- Volume 3 A roça agroecológica da família de dona Sibá e seu João Valdeci  
Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, MA
- Volume 4 As vivências da família Sousa Lopes na construção da diversidade  
Pau Ferrado dos Procópio, Lago do Junco, MA
- Volume 5 A preservação da biodiversidade pela família Santos  
Povoado de Mangueira, Lima Campos, MA



### *Cultivos anuais intensificados sustentáveis que demandam menos mão de obra e/ou menos área*

- Volume 6 A tradição da família de dona Belinha no cultivo do feijão abafado  
Povoado do Lago do Sigismundo, Esperantinópolis, MA
- Volume 7 A recuperação da roça por meio de capoeiras de sabiá da família Soares  
Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA
- Volume 8 As vivências da família Martins na produção agroecológica  
Povoado Nova Olinda, Lima Campos, MA

### *Cultivos anuais tradicionais com menor impacto ambiental*

- Volume 9 As boas práticas da família Pereira Santana  
Sítio Novo, Lago do Junco, MA
- Volume 10 Alcimar e Maria de Fátima e a tradicional prática da roça no toco  
Vila Nova, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA
- Volume 11 As boas práticas de produção sustentável da família Araújo  
Povoado Palmeiral, Esperantinópolis, MA

### *Cultivos comerciais sustentáveis de hortaliças*

- Volume 12 As boas práticas na produção agroecológica da família Furtado  
Centro da Zozima, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA



Volume 13 O exemplo da família de Josilene e Mizael no cultivo da horta

Povoado de Três Poços, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 14 As inovações de Rosa e Tião para uma boa produção em pequenas áreas

Centro dos Passarinhos, Lago dos Rodrigues, MA

### *Pecuária em pastagens produtivas integradas em babaçuais*

Volume 15 As boas práticas dos Sousa na criação bovina em babaçuais

Povoado de São Manoel, Lago do Junco, MA

Volume 16 A integração de cultivos, criações e extrativismo pela família Cordeiro

São José dos Mouras, Lima Campos, MA

Volume 17 A experiência da família Meneses no manejo do babaçu em pastagens

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

### *Inovações na criação de pequenos animais*

Volume 18 A diversidade da criação animal da família Monteiro

Povoado Canafístula, Esperantinópolis, MA

Volume 19 A integração das atividades produtivas da família Sousa

Povoado Baixinha, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 20 Sebastião e Maria de Fátima: produção aliada à conservação

Povoado Jenipapo, Esperantinópolis, MA



Volume 21 A vivência dos Freitas no manejo da roça e na criação de aves

Povoado de Alto Alegre, Lago da Pedra, MA

### *Processamento local de frutas, mandioca e leite*

Volume 22 A diversificação da produção de dona Lila e seu Toinho

Comunidade Centro dos Cocos, São Luís Gonzaga do Maranhão, MA

Volume 23 Dona Beta e seu Matias pela preservação da vida e do solo

Estrada da Vitória, Poção de Pedras, MA

Volume 24 As boas práticas de produção e processamento da família de Lúcia e Chico Fartura

Povoado Serrinha, Igarapé Grande, MA

Volume 25 A qualidade da produção tradicional de queijo por Francisca e José Meneses

Serra do Aristóteles, Poção de Pedras, MA

### *Processamento do babaçu para produção de azeite, carvão, mesocarpo e confecção de artesanato*

Volume 26 Os saberes da família Rego da Silva e o artesanato com babaçu

Centro do Coroatá, Esperantinópolis, MA

Volume 27 As boas práticas de dona Alódia na produção do sabonete de babaçu da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais

Comunidade Ludovico, Lago do Junco, MA

Volume 28 A tradição do coco-babaçu na família de Francilene e Antônio Adão

Povoado São João da Mata, Lago dos Rodrigues, MA

Volume 29 A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos

Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA

Volume 30 Francisca e Miguel e a beleza na produção do pacará

Centrinho da Aparecida, Lago do Junco, MA







O projeto Bem Diverso visa contribuir para a conservação da biodiversidade brasileira em paisagens de múltiplos usos, por meio do manejo sustentável de espécies e de sistemas agroflorestais (SAFs), de forma a assegurar os modos de vida das comunidades tradicionais e dos agricultores familiares, gerando renda e melhorando a qualidade de vida.

Fruto da parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), o projeto é executado com o apoio de organizações do governo e da sociedade civil com recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF). As atividades tiveram início em 2016 e vão até 2020. Os principais eixos são a promoção do desenvolvimento sustentável de seis Territórios da Cidadania (TCs), por meio do uso da biodiversidade e de sistemas agroflorestais, e a geração de subsídios para aperfeiçoar as políticas públicas sobre uso sustentável e conservação da biodiversidade.

O Bem Diverso atua nos biomas Cerrado, Caatinga e Amazônia, reconhecidos pela importância socioambiental, mas ameaçados pelo desmatamento e aumento de práticas agrícolas insustentáveis. Nesses biomas, o projeto trabalha diretamente em seis TCs: TC Alto Rio Pardo (MG) e TC Médio Mearim (MA) no bioma Cerrado;

TC Sobral (CE) e TC Sertão de São Francisco (BA) no bioma Caatinga; e TC Alto Acre e Capixaba (AC) e TC Marajó (PA) no bioma Amazônia.

Os TCs são caracterizados por elevada biodiversidade; pela presença de espécies de plantas de importância econômica, manejadas por comunidades locais; pelo potencial para melhoria da qualidade dos produtos da biodiversidade, desde a coleta, passando pelo processamento até o consumo; e pela possibilidade para desenvolver ações com SAFs.

### **Contato**

Parque Estação Biológica (PqEB), s/nº

70770-901 Brasília, DF

Fone: (61) 3448-4912

E-mail: [contato@bemdiverso.org.br](mailto:contato@bemdiverso.org.br)

[www.bemdiverso.org.br](http://www.bemdiverso.org.br)





A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) é uma organização privada sem fins lucrativos de caráter regional, criada e liderada por agricultores(as) familiares e extrativistas do coco-babaçu. Fundada em 1989, a Assema tem sede na cidade de Pedreiras, localizada na parte central do estado do Maranhão, e tem por missão promover a melhoria da qualidade de vida das famílias agroextrativistas. Instituição parceira do projeto Bem Diverso no Território da Cidadania do Médio Mearim, no Maranhão, a Assema promove a produção familiar, utilizando e preservando os babaçuais.

Os objetivos estratégicos da Assema incluem combater as desigualdades de gênero e geração; contribuir para a produção de alimentos seguros e diversificados destinados ao autoconsumo e mercados; gerar renda por meio da organização dos processos comerciais cooperativistas e associativos no mercado justo e solidário; apoiar ações de educação contextualizada em escolas públicas rurais e de alternância; e empoderar os sujeitos para a intervenção nos espaços de tomada de decisão em políticas públicas destinadas à agricultura familiar.

A Assema é uma entidade plural que incorpora segmentos e ações diferenciadas, o que tem possibilitado amadurecimento na

forma de gestão participativa em que a orientação de suas ações parte das organizações de base. Para atender a essa dinâmica, conta-se com uma estrutura organizacional composta por áreas de Governança e Gestão Programática, Mobilização e Visibilidade.

### **Contato**

Rua da Prainha 551

Bairro São Benedito

65725-000 Pedreiras, MA

Fones: (99) 3642-2061 / (99) 3624-2152 / (99) 3634-1463

[www.assema.org.br](http://www.assema.org.br)









Impressão e acabamento







Apoio



MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA  
E ABASTECIMENTO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

ISBN 978-65-86056-92-1



9 786586 056921

CGPE 15712